

Informativo n.º 02/2023

SUMÁRIO

1. AUDITORIA INTERNA	1
2. ÓRGÃOS DE CONTROLE	2
3. ORÇAMENTO PÚBLICO	2
4. COMPRAS PÚBLICAS	2
5. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES SEM REPASSE DE RECURSOS	3
6. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS	3
7. EVENTOS E CAPACITAÇÕES	4
8. NORMAS, MANUAIS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS	5

1. AUDITORIA INTERNA

Servidores da unidade de auditoria interna participam do Fórum de Auditoria Interna do Poder Judiciário - Edição 2023. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8602-forum-permanente-d-e-auditoria-do-poder-judiciario-edicao-2023-acontece-de-29-a-31-deste-mes-de-maio>

A Secretaria de Auditoria Interna disponibiliza o Informativo “Dois Rios” no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/auditoria-interna/informativos>.

O nome "DOIS RIOS" surgiu em alusão ao encontro das águas dos rios Negro e Solimões, no Estado do Amazonas, com logomarca desenvolvida em conjunto pelas Secretarias de Auditoria Interna e de Tecnologia da Informação e Comunicação e pela Assessoria de Comunicação Social do próprio Tribunal, fazendo um paralelo sobre a divisão de águas e a autonomia necessária às atividades de auditoria interna, bem como que as atividades devem ir ao encontro da estratégia da Administração e, não, de encontro.

Registra-se também que o Tribunal de Justiça do Amazonas aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção -PNPC e a referida ação está alinhada ao sistema e-prevenção, Componente P3 - "Transparência e *Accountability*" - Prática P3.1 - "Promover a cultura da transparência e divulgação proativa das informações, utilizando-se especialmente dos meios de tecnologia da informação".

A Secretaria de Auditoria Interna começa a utilizar, na página do Informativo “Dois Rios”, *cards* (avisos). O primeiro *card* versou sobre a conscientização da solicitação da atividade de consultoria na unidade de auditoria interna. Disponível em: https://www.tjam.jus.br/images/2023/Auditoria/Dois_Rios/Avisos/card1.pdf.

Prêmio “IIA May Brasil”: No mês de conscientização da Auditoria Interna, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas recebe o Selo de reconhecimento do Instituto de Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil, pelas iniciativas realizadas no mês de

conscientização da Auditoria Interna. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8956-premio-iaa-may-brasil-tjam-recebe-destaque-nacional-por-iniciativas-realizadas-no-mes-de-conscientizacao-da-auditoria-interna>.

2. ÓRGÃOS DE CONTROLE

Prestação de Contas. Processo TCE n. [11516/2021](#). Acórdão n. 1023/2023. Julgada, na 17ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno de 29/05/2023, regular a prestação de contas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM - exercício 2020.

Prestação de Contas. Processo TCE n. [12002/2022](#). Acórdão n. 1025/2023. Julgada, na 17ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno de 29/05/2023, regular a prestação de contas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM - exercício 2021.

[Outorga de Uso de Recurso Hídrico n. 127/2023](#), entre o IPAAM e o TJAM, para captação subterrânea por poço tubular na comarca de Coari-AM..

[Outorga de Uso de Recurso Hídrico n. 156/2023](#), entre o IPAAM e o TJAM, para captação subterrânea por poço tubular na comarca de Autazes-AM.

3. ORÇAMENTO PÚBLICO

[Portaria n. 2.132](#), de 25/05/2023. Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, referente ao 1º Quadrimestre de 2023.

[Portaria n. 3.112](#), de 01/08/2023. Designa os servidores que atuarão como gestores orçamentários e financeiros das unidades gestoras para acesso aos sistemas de Administração, Financeira e Orçamentária - AFI.

4. COMPRAS PÚBLICAS

[Portaria n. 2.220](#), de 31/05/2023. Torna sem efeito a Portaria n. 1.064, de 16/03/2023, e o Art. 2º da Portaria n. 1.431, de 11/04/2023, que tratam do marco temporal para instrução e processamento de licitações e compras diretas com base na Lei n. 8.666/92 e na Lei n. 10.520/2002, possibilitando a coexistência das normas regentes da matéria até ulterior deliberação ou findo o prazo estabelecido na Medida Provisória n. 1.167/23.

5. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES SEM REPASSE DE RECURSOS

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas celebra 9 (nove) termos de reciprocidade com hospital, clínica, farmácia de manipulação, laboratórios e centro educacional, para uso de servidores e seus dependentes. Disponível em:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/compras-publicas/contratos/2023-1/acordos-convenios-e-congeneres-sem-repasse-de-valores/termo-de-reciprocidade-4>

[Extrato n. 141/2023](#). Primeiro Termo Aditivo ao Convênio por Adesão 005/2022, assinado em 26/05/2023, entre o TJAM e a GEAP Autogestão em Saúde.

6. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

[Portaria n. 2.098](#), de 24/05/2023. Institui o recadastramento obrigatório de magistrados e servidores, ativos e inativos, bem como estagiários, pensionistas e voluntários, visando a atualizar o cadastro funcional, contribuir com a pesquisa do Pacto Nacional do Judiciário pela equidade racial e atender às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas oriundas do e-Social.

[Portaria n. 3.125](#), de 01/08/2023. Prorroga o prazo para recadastramento, previsto na [Portaria n. 2.098](#), art. 5º.

[Portaria n. 2.090](#), de 23/05/2023. Regulamenta o controle de produtividade do trabalho desenvolvido pelos juízes de paz no âmbito do Tribunal de Justiça.

[Acórdão](#) de 02/06/2023. Recurso Administrativo do Processo n. 0005343-23.2022.8.04.0000. Recurso conhecido e provido. Decisão que reconheceu a prescrição. Conversão de férias e licenças especiais não gozadas em indenização pecuniária. Servidora aposentada.

[Resolução n. 30](#), de 06/06/2023. Aprova o anteprojeto de Lei Complementar que altera a redação do art. 156-A da Lei Complementar n. 17/1997, a qual redenominou as Varas Especializadas em Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes para “Varas Especializadas em Crimes contra a Criança e Adolescente”.

[Resolução n. 31](#), de 06/06/2023. Aprova o anteprojeto de Lei Complementar para alteração da Lei Complementar n. 17/1997, criando o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Autazes.

[Portaria n. 2.569](#), de 23/06/2023. Designa os servidores e magistrados para atuarem como membros laboratoristas do Laboratório de Inovação e Inteligência do Tribunal de Justiça do Amazonas – *LegalLab*.

[Portaria n. 2.650](#), de 29/06/2023. Altera o art. 1º da Portaria n. 1.507 de 20/05/2022, o qual instituiu, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, o Comitê de Integridade Institucional, incluindo, na sua composição, a Assessoria de Conformidade e Controle.

[Portaria n. 2.596](#), de 27/06/2023. Prorroga, por mais 90 (noventa) dias, o Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria n. 1307 de 30/03/2023, o qual trata sobre o levantamento de **férias e licenças especiais** dos(as) **servidores(as)** desta Corte de Justiça, a fim de atender à determinação do Conselho Nacional de Justiça inserida no item 52, subitem "i", do acórdão da Inspeção CNJ nº 0008988-05.2021.2.00.0000.

[Resolução n. 35](#), de 18/07/2023. Estabelece os critérios para a solicitação, concessão, indenização, parcelamento, cumulação e usufruto de férias dos **magistrados** do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, bem como o pagamento das vantagens pecuniárias delas decorrentes, no que couber.

[Resolução n. 36](#), de 18/07/2023. Estabelece os critérios para a solicitação, concessão, indenização, parcelamento, cumulação e usufruto de férias, licença especial e folgas dos **servidores** do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, bem como o pagamento das vantagens pecuniárias delas decorrentes, no que couber.

[Portaria n. 3.012](#), de 21/07/2023. Institui a Comissão de Consolidação de Normativos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 40](#), de 25/07/2023. Altera o art. 10 da Resolução n. 12, de 26/03/2013, estabelecendo a possibilidade dos servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão optarem pela remuneração de seus respectivos cargos efetivos, acrescidas de 55% da representação do respectivo cargo em comissão.

[Resolução n. 41](#), de 01/08/2023. Altera o §5.º do art. 9.º da Resolução n.º 23/2022, elevando para 50% o percentual de servidores lotados na Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação que exercem funções em regime de teletrabalho.

[Resolução n. 43](#), de 08/08/2023. Retifica a nomenclatura das Varas Especializadas em Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, que passam a ser denominadas Varas Especializadas em Crimes contra a Dignidade Sexual e Violência Doméstica à Crianças e Adolescentes.

[Resolução n. 44](#), de 08/08/2023. Declara estatizada a Vara Única da Comarca de Novo Airão nos termos do art. 31 do ADCT-CF/88 c/c §3º, do art. 403-A, da Lei Complementar n. 17/1997.

7. EVENTOS E CAPACITAÇÕES

Conselho Nacional de Justiça. [Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário](#) - Edição 2023, realizado no período de 29 a 31/05/2023.

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. [II Encontro de Compliance, Integridade e Governança](#). Evento transmitido ao vivo em 17/08/2023, de [9 às 12h](#) e de [14 às 16h](#).

8. NORMAS, MANUAIS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

[Portaria n. 3/2023 - CGTIC](#), de 25/05/2023 (DJE 27/06/2023). Institui o [Plano de Gestão de Riscos de TIC](#) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 4/2023 - CGTIC](#), de 25/05/2023 (DJE 27/06/2023). Institui o [Plano de Transformação Digital](#) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 2.512](#), de 20/06/2023. Institui o **Manual de Gerenciamento de Projetos** no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 5/2023](#) - CGTIC, de 26/06/2023 (DJE 05/07/2023). Institui a **Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR)** no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 6/2023](#) - CGTIC, de 14/07/2023. Institui a **Política de Segurança da Informação (PSI)** no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, constituída pelos seguintes documentos:

- [Política Geral de Segurança da Informação e Proteção de Dados \(PGSIPD-001\)](#)
- [Política de Uso de Ativos de Tecnologia da Informação \(P-SI-002\)](#).
- [Política de Gestão de Identidade e Acesso \(P-SI-003\)](#).
- [Política de Acesso a Internet e Redes Sociais \(P-SI-004\)](#).
- [Política de Uso de E-mail e Comunicadores Instantâneos \(P-SI-005\)](#).
- [Política de Acesso Remoto \(P-SI-006\)](#).
- [Política de Monitoramento de Ativos e Serviços de Informação \(P-SI-007\)](#).
- [Política de Uso de equipamentos pessoais \(P-SI-008\)](#).
- [Política de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação \(P-SI-009\)](#).
- [Termo de Responsabilidade e Confidencialidade \(T-RC-001\)](#).

[Resolução n. 37](#), de 18/07/2023. Cria o Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao enfrentamento à **violência doméstica** praticada contra **magistradas e servidoras**.

[Resolução n. 45](#), de 09/08/2023 (extra). Regulamenta o **Governo Digital** no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria Conjunta n. 10](#), de 15/08/2023. Institui o Regimento Interno da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do **Assédio Moral** e do Assédio Sexual e Discriminação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Carta Aberta contra o Assédio e a Discriminação](#), de 16/08/2023.